Revista angolana de ciências económicas

O Calcanhar de Aquiles da Economia Angolana: Dependência Petrolífera, Instabilidade Cambial e Fragilidade da Receita Fiscal

Paulo Vica paulo.vica23@hotmail.com

DOI: 10.5281/zenodo.23166115

ORCID: 0009-0005-6497-2305

Resumo

A pesquisa analisa os determinantes da receita fiscal angolana, com ênfase no papel da volatilidade do preço internacional do petróleo e do regime cambial flutuante. Partindo de uma abordagem macroeconómica inspirada na literatura da dependência de recursos naturais, da diversificação produtiva e do equilíbrio do balanço de pagamentos, estimou-se um modelo ARDL com dados trimestrais para o período recente. Os resultados revelam que, apesar do discurso oficial de diversificação, a sustentabilidade fiscal permanece fortemente ancorada no preço do petróleo e no consumo interno, enquanto a produção não petrolífera apresenta impacto negativo sobre a arrecadação no longo prazo. Este achado sugere a existência de um paradoxo fiscal: diversificar a produção não garante, por si só, diversificação das receitas públicas. O estudo contribui para o debate sobre fragilidade fiscal em economias ricas em recursos naturais e oferece implicações relevantes para a política económica angolana.

Palavras-chave: Estrutura produtiva. Petróleo. Taxa de Câmbio. Receita Fiscal. ARDL.

Classificação JEL: C32; F43; O11.

1. Introdução

A economia angolana enfrenta, de forma recorrente, um conjunto de fragilidades estruturais que se tornam mais visíveis em contextos de choques externos. A elevada dependência do sector petrolífero, tanto do ponto de vista produtivo como fiscal, expõe o país à volatilidade dos preços internacionais do petróleo e às condições financeiras globais. Em paralelo, choques recentes de natureza geopolítica — como conflitos armados, tensões nas cadeias globais de abastecimento e mudanças abruptas na política monetária internacional — reforçaram a instabilidade macroeconómica em economias periféricas e exportadoras de recursos naturais. estas Estas fragilidades são amplificadas por um regime cambial classificado como flutuante sujo, no qual a taxa de câmbio reage a choques externos, mas também a intervenções discricionárias. A depreciação cambial, frequentemente utilizada como mecanismo de ajustamento externo, tende a produzir efeitos ambíguos sobre as contas públicas, sobretudo quando a base tributária doméstica é estreita e fortemente dependente do consumo.

Neste contexto, o presente artigo procura responder à seguinte questão central: como a volatilidade do preço do petróleo e o regime cambial flutuante sujo afetam as receitas fiscais angolanas? A hipótese principal é que o verdadeiro calcanhar de Aquiles fiscal da economia angolana reside menos na ausência de crescimento e mais na incapacidade estrutural de transformar diversificação produtiva em capacidade efetiva de arrecadação.
O país desde 2002 que tem estado a implementar medidas económicas que corroboram para a desconcentração produtiva. E apesar destes esforços do governo, somente em 2018 que os programas económicos se apresentaram mais concretas face a persistência da volatilidade do preço do petróleo bem como a redução das reservas cambiais.

Neste contexto, o presente artigo procura responder à seguinte questão central: como a volatilidade do preço do petróleo e o regime cambial flutuante sujo afetam as receitas fiscais angolanas? A hipótese principal é que o verdadeiro calcanhar de Aquiles fiscal da economia angolana reside menos na ausência de crescimento e mais na incapacidade estrutural de transformar diversificação produtiva em capacidade efetiva de arrecadação.

2. Uma abordagem teórica e empírica no contexto angolano

A elevada dependência do sector extractivo, em especial do petróleo, tem tornado a economia angolana vulnerável e instável, sobretudo quando não acompanhada por investimentos consistentes em sectores estratégicos e emergentes (Vica & Silva, 2025).

O problema da denominada “doença holandesa” (Corden & Neary, 1982), manifesta-se, nesse contexto, como um obstáculo à diversificação económica: ao favorecer o sector de recursos naturais, desincentiva o investimento produtivo em outros segmentos e, frequentemente, condiciona o funcionamento das instituições a orientações políticas e ideológicas.
A economia angolana vive, assim, o paradoxo da prosperidade — crescimento impulsionado pelas exportações de petróleo bruto coexistindo com elevadas taxas de desemprego e baixo bem-estar social — situação que se aproxima da tese do “ciclo cumulativo perverso” de (Myrdal, 1960).

A discussão sobre a vulnerabilidade de economias especializadas em produtos primários remonta aos trabalhos clássicos sobre dependência e desenvolvimento. Hirschman (1961), argumenta que a diversificação produtiva é condição necessária para reduzir a vulnerabilidade externa e estimular encadeamentos produtivos internos. No entanto, a diversificação, quando não acompanhada por instituições fiscais eficazes, pode gerar ganhos limitados em termos de receitas públicas.
A literatura inspirada em Thirlwall (1979), destaca que o crescimento económico de longo prazo é condicionado pelo equilíbrio do balanço de pagamentos, implicando que economias com exportações concentradas enfrentam restrições externas persistentes.

Em países exportadores de petróleo, a abundância de divisas em períodos de Boom tende a mascarar fragilidades estruturais, que emergem de forma abrupta quando os preços internacionais recuam.

Estudos sobre a chamada "maldição dos recursos naturais" [(Sachs & Warner, 1995); (Rodrik et al, 2016) e (Morsy et al, 2021)], enfatizam que economias altamente dependentes de recursos extrativos frequentemente apresentam instituições fiscais fracas, elevada volatilidade macroeconómica e baixa diversificação da base tributária. Nesses contextos, a arrecadação tende a ser pró-cíclica e excessivamente sensível a choques externos, limitando a capacidade do Estado de conduzir políticas contracíclicas.

Este artigo dialoga com essa literatura ao evidenciar que, em Angola, a produção não petrolífera não se traduz automaticamente em maior capacidade fiscal, reforçando a distinção entre diversificação produtiva e diversificação das receitas públicas.

No passado não longevo (2005 -– 2015), a economia angolana registou um crescimento de dois dígitos, entretanto esse crescimento foi mais resultado da expansão das receitas petrolíferas do que propriamente da mudança estrutural.

O processo de diversificação económica depende menos da retórica política e mais do comprometimento dos governantes, (Rabah, Arezki, & Van der Ploeg, 2012), das condições de mercado e da forma como o poder político administra as receitas provenientes dos recursos naturais. Em Angola, a insuficiência de investimentos em sectores dinamizadores tem comprometido o crescimento económico e agravado as condições sociais, sobretudo entre os jovens, que constituem a maioria da população economicamente activa.

Do ponto de vista das contas nacionais, o Produto Interno Bruto pode ser decomposto em consumo, investimento, gastos públicos e saldo externo. Em economias como a angolana, o investimento privado doméstico é reduzido, sendo o investimento público e o investimento direto estrangeiro os principais motores da formação bruta de capital.

Neste estudo, o consumo agregado foi obtido de forma residual, a partir da identidade das contas nacionais, subtraindo-se do PIB os gastos públicos totais, o saldo externo e um proxy de investimento representada pelo investimento direto estrangeiro. Tal procedimento permite isolar uma medida consistente do consumo da economia, variável diretamente relacionada à base tributária do IVA e do imposto sobre o rendimento do trabalho.

A receita fiscal total, por sua vez, reflete tanto receitas petrolíferas como não petrolíferas, sendo particularmente sensível às flutuações do preço do petróleo e às condições cambiais. Esta estrutura torna o sistema fiscal vulnerável a choques externos e limita a previsibilidade orçamental.

3. Metodologia e especificação do modelo

Para avaliar as relações de curto e longo prazo entre a receita fiscal e seus determinantes, estimou-se um modelo ARDL com dados trimestrais. A variável dependente é o logaritmo da receita fiscal total, enquanto as variáveis explicativas incluem a produção não petrolífera, o consumo agregado, a taxa de câmbio nominal e o preço internacional do petróleo angolano.

$$\ln(\mathbf{R}ft) = Ln(Prod_none_OIL) + \ln(\mathbf{C}) + \ln(\mathbf{Precoil}) + \ln(\mathbf{Tcn}) + \varepsilon_t$$

Tabela 1: Descrição das Variáveis e Fonte

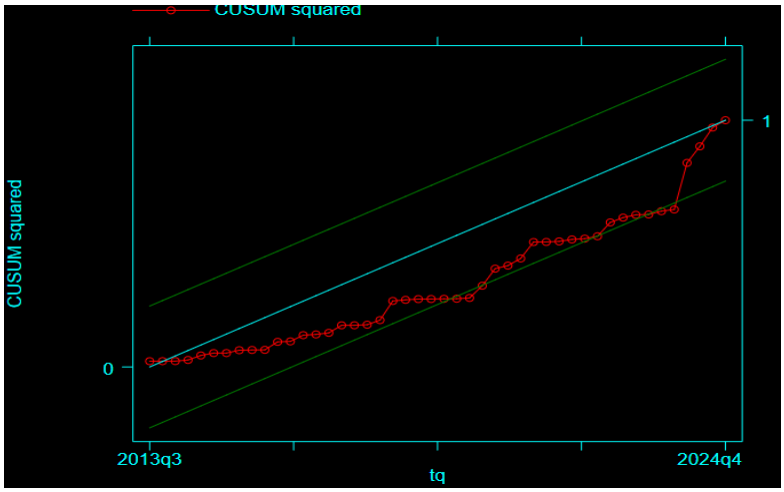
Variável	**Descrição**	**Medida**	**Fonte**
$\ln(\mathrm{R}ft)$	Receita Fiscal	Logaritmo	BNA/Minfin
$Ln(Prod_none_OIL$	Produção não Petrolifera	Logaritmo	BNA
ln (C)	Consumo Agregado	Logaritmo	Calculado
ln (Precoil)	Preço Internacional do Petróleo	Logaritmo	BNA/Minfin
ln (Tcn)	Taxa de Câmbio Nominal	Logaritmo	BNA

A escolha do modelo **ARDL** justifica-se pela possibilidade de combinação de variáveis integradas de ordem diferente e pela adequação a amostras relativamente curtas. A existência de relação de longo prazo foi testada por meio do procedimento de limites (bounds test), Pesaran, Shin & Smith (2001), e a dinâmica de ajustamento foi capturada pelo termo de correção de erro.

4. Resultados empíricos e discussão

Os resultados confirmam a existência de uma relação de longo prazo entre a receita fiscal e as variáveis explicativas. O termo de correção de erro apresenta sinal negativo e magnitude elevada, indicando que uma parcela significativa dos desvios em relação ao equilíbrio de longo prazo é corrigida em poucos trimestres.

Tabela 2: Inferência estatística (2012q1–2024q4)

Velocidade/Período	**Variáveis**	**Coeficientes**	**Prob.**
ECM	ln(Rft)	–0.6280717	0.000
Longo Prazo	$Ln(Prod_none_OIL$	–0.1591438	0.009
Longo Prazo	ln (C)	0.5429082	0.014
Longo Prazo	ln (Precoil)	1.452978	0.000
Longo Prazo	ln (Tcn)	–0.5623221	0.000
Curto Prazo (D1)	$Ln(Prod_none_OIL$	0.0879669	0.068
Curto Prazo (D1)	ln (C)	–0.1737498	0.045
Testes			
Cointegração (IC) F = 5.392 T = –4.592	I(0) 10% I(1) 2.580 3.791 –2.532 –3.639	I(0) 5% I(1) 3.102 4.455 –2.873 –4.030	(1%) Rejeita
	Chi2	Prob>Chi	
Autocorrelação-LM	1.898	0.3871	
Heterocedasticidade	5.03	0.8313	
Normalidade	4.47	0.1069	
Estabilidade			

Fonte: Stata 15.1

No longo prazo, o preço do petróleo exerce impacto positivo e estatisticamente significativo sobre a receita fiscal, evidenciando a persistente dependência petrolífera do Estado angolano. O consumo agregado também apresenta efeito positivo, sugerindo que a arrecadação não petrolífera está fortemente ancorada na tributação do consumo.

Em contraste, a produção não petrolífera apresenta coeficiente negativo e significativo, indicando que o aumento da produção fora do setor petrolífero não se traduz em maior arrecadação fiscal. Este resultado aponta para problemas estruturais, como informalidade, benefícios fiscais e fraca capacidade de fiscalização.

A taxa de câmbio nominal, por sua vez, afeta negativamente a receita fiscal no longo prazo, sugerindo que a depreciação cambial corrói a base tributária doméstica ao reduzir o poder de compra e estimular mecanismos de informalização.

A pesquisa indica que o desafio fiscal angolano não reside apenas na volatilidade do preço do petróleo, mas na incapacidade estrutural de converter diversificação produtiva em diversificação fiscal. Deste

modo, os resultados sugerem que políticas focadas exclusivamente no aumento da produção não petrolífera podem ter efeitos limitados sobre a sustentabilidade das contas públicas se não forem acompanhadas por reformas institucionais, fiscais e o combate ao informalismo.

Do ponto de vista da política económica, os achados reforçam a importância da estabilidade cambial, da ampliação da base tributária produtiva e do fortalecimento da administração fiscal. Além disso, indicam que a excessiva dependência da tributação do consumo pode ser regressiva e macroeconomicamente instável.

5. Considerações finais

O artigo evidenciou que o calcanhar de Aquiles da economia angolana reside na fragilidade estrutural do seu sistema fiscal, excessivamente dependente do petróleo, do consumo interno e de um ambiente cambial volátil. Apesar dos esforços de diversificação produtiva, a incapacidade de capturar fiscalmente o valor gerado fora do sector petrolífero limita a sustentabilidade das finanças públicas.

Conclui-se que a superação dessa fragilidade exige não apenas diversificar a economia, mas reformar profundamente o regime fiscal e institucional, de modo a alinhar crescimento, estabilidade macroeconómica e capacidade de arrecadação no longo prazo.

6. Referências bibliográficas

1. Corden, W. M., & Neary, J. P. (1982). Booming Sector and De-industrialisation in a Small Open Economy. The Economic Journal, 825–848.
2. Mehlum, H. M., & Torvik, R. (2006). Institutions and the Resource Curse. The Economic Journal, 116(508, 1–-20.
3. Morsy, H., Balma, L., Mukasa, & N., A. (2021). Not a good time': Assessing the economic impact of COVID 19 in Africa using a macro micro simulation approach.
4. African Development Review. https://doi.org/10.1111/afdr.12526, 17–30.
5. Myrdal, G. (1960). Beyond the Welfare State: Economic Planning and its International Implications. New Haven: Yale University Press.
6. Pesaran, M. H., Shin, Y., & Smith, R. J. (2001). Bounds Testing Approaches to the Analysis of Level Relationships. Journal of Applied Econometrics,16(3), 289–326.
7. Rabah, A., Arezki, R., & Van der Ploeg, F. (2012). Trade Policies, Institutions and the Natural Resource Curse. European Economic Review, 56(6),, 1011–1031.
8. Rodrik, D. (2016). Premature de industrialization. Journal of Economic Growth, DOI:10.1007/s10887 015 9122 3, 1–33.
9. Sachs, J. D., & Warner, A. M. (1995). Natural Resource Abundance and Economic Growth. Cambridge: National Bureau of Economic Research.
10. VICA, P., & Silva, G. d. (12 de 12 de VICA, P. The Great Illusion of Growth Driven by Crude Oil Exports The Paradox of Prosperity2025.). The Great Illusion of Growth Driven by Crude Oil Exports The Paradox of Prosperity in the Angolan Economy. VICA, P. The Great Illusion of Growth Driven by Crude Oil Exports The Paradox of ProsperiAngolan Mineral, Oil & Gas Journal, v. 6, n. 6, pp. VICA, P. The Great Illusion of Growth Driven by Crude Oil Exports The Paradox of Prosperity 1–-10.